



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2024

ATA N.º 5/2024

(CONTÉM 37 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Mini-Auditório Municipal, pelas dez horas e quinze minutos, com a seguinte ordem do dia:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação da ata da reunião realizada a 28 de junho de 2024;
4. Aprovação da proposta de alteração do Mapa de Pessoal 2024;
5. Aprovação do acordo de Financiamento relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelos referidos municípios suas competências enquanto autoridade de transportes;
6. Aprovação da minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Picote, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
7. Aprovação da minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
8. Aprovação da minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Duas Igrejas, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;



Handwritten signature and initials.

9. Aprovação da modificação objetiva do contrato de conceção, construção e prestação de serviços relativos à exploração e gestão de um sistema de remoção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, celebrado com a Ferrovial Serviços, S.A., em 23 de maio de 2000 - 4.^a modificação do contrato;
10. 26.^a Alteração ao orçamento de 2024, que compreende a 3.^a alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 2.^a alteração permutativa ao orçamento da receita, a 2.^a alteração modificativa ao plano plurianual de investimento, e a 3.^a alteração modificativa ao plano de atividades municipais;
11. Participação variável no IRS (Ano 2025);
12. Taxa Municipal de Direitos de passagem (Ano 2025);
13. Derrama (Período de tributação de 2024);
14. Imposto Municipal sobre Imóveis, a liquidar em 2024 – Prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo (artigo 112.º - A do CIMI);
15. Relatório de acompanhamento em 30 de junho de 2024;
16. Apreciação da informação a prestar pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Óscar João Atanásio Afonso, António Manuel Marques Santos, Pedro Velho Ferreira, Maria Virgínia Lopes Preto, Marisa Cristina Torrado Ortega, Paulo Augusto Rodrigues Barbosa, Alberto Marçal Moraes Mendes, Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama, Fernando Vaz das Neves, Vera Lúcia Alves Ruano, Emanuel Pinto Bernardo, Bárbara Alexandra Couto Fráguas, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, José Pinto de Oliveira em substituição de Francisco José Carvalho Parreira, Gualdino Manuel Fernandes Raimundo, Jorge Jacoto Lourenço, António José Fernandes Ribeiro, Tiago Filipe Fernandes Martins, Nélcio Miguel Seixas, Lísis Fernandes Gonçalves, Silvino Francisco Preto Silva e António Preto Mamede.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros: Emanuel David Carção, Marisa Pardal Lavrador, Urbino Anjos Correia e Luís Miguel Poço Santiago.

Tendo a Deputada Marisa Pardal Lavrador justificado a sua falta de comparência nesta reunião.



A

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:

Helena Maria da Silva Ventura Barril, Nuno Marcos Rodrigues, Vítor Manuel Vaz Bernardo e Carlos do Nascimento Ferreira.

Constatou-se a ausência do seguinte membro do Órgão Executivo:

Júlio Meirinhos Santana.

Verificando-se a presença de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Óscar João Atanázio Afonso, declarou aberta a sessão eram dez horas e quinze minutos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** iniciou a reunião apresentando os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes, e prosseguindo deu conhecimento de que o Órgão Executivo Municipal propôs a inserção na ordem do dia do assunto que a seguir se regista:

- Declaração de reconhecimento de interesse público estratégico – Ponderação da discussão pública – Vila Galé – Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A. – Rua Abade Manuel Sardinha – Barragem - Freguesia de Miranda do Douro - Processo n.º 37/24.

O **Vereador Vítor Bernardo** explicou por que motivo este assunto foi trazido a esta assembleia municipal, declarando que o órgão executivo municipal vem propor a esta assembleia municipal que seja reconhecido de interesse público estratégico do empreendimento supracitado, no seguimento da deliberação tomada pela câmara em reunião extraordinária, realizada no passado dia vinte de setembro. Porque a assembleia municipal é o órgão competente para catalogar este tipo de investimento, sendo que é indispensável que esta assembleia delibere nesse sentido, ou seja designar como equipamento de caráter estratégico.

Em seguida, perguntou aos membros desta assembleia que se encontravam na reunião se viam algum inconveniente na inserção deste assunto na ordem de trabalhos, sendo que todos os membros consentiram que o assunto fosse integrado na ordem do dia.

1. Informações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste período, tendo-se inscrito o Presidente da Junta de Freguesia de Genísio, José Marcelino Antão. Entretanto, a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal solicitou o uso da palavra, tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal anuído.



A **Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os presentes e prosseguiu dando conhecimento relativamente à criação de um grupo de trabalho para a Língua Mirandesa, transmitindo que reuniram diversas vezes, e que, na última reunião, realizada na semana anterior, tendo acabado por optar criar uma estrutura de missão, a qual daria início ao seu trabalho ainda este ano, e culminará em 2028, sendo que, essa estrutura de missão será responsável pela implementação do Plano Estratégico de Promoção e Proteção da Língua Mirandesa, assegurando todas as medidas que foram assumidas pelo grupo de trabalho.

Informou que, neste período de 2024 a 2028, todo o trabalho será executado por esta estrutura de missão, que culminará em 2028 com a criação da Fundação da Língua Mirandesa.

Expôs que os elementos que integraram este grupo de trabalho são os que passou a indicar, o Dr. Maximino, pelo Património Cultural I.P., a Dr.ª Ana Veigas, pela Direção Geral da Educação, a Dr.ª Fernanda Heitor, pelo Gabinete de Estratégia Planeamento e Avaliação Culturais, a Dr.ª Sandra Pires, pelo Instituto Camões, o Professor Duarte Martins, pelo Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, ela própria pela Câmara Municipal de Miranda do Douro, e, pela Associação da Língua Mirandesa, o Professor Alfredo Cameirão.

Salientou que a criação do grupo de trabalho, a sua constituição e os elementos que a deviam integrar é da responsabilidade da entidade governativa respetiva, sendo que o município não teve qualquer responsabilidade nesse aspeto.

Manifestou a satisfação pela forma como este trabalho decorreu, referindo ainda que nesta última reunião também participou como convidado o Dr. Jorge Sobrado, em representação da CCDR-Norte, e a Dr.ª Celina Pinto, na qualidade de Diretora do Museu da Terra de Miranda.

Mencionou que todos os contributos dados por todos os participantes foram muito profícuos, e daí ter resultado um bom trabalho, manifestando o seu orgulho pessoal e, também, enquanto Presidente de Câmara.

Comentou que ao longo de todos estes anos tem vindo a ser feito muito trabalho por parte de todas as instituições envolvidas neste processo, disse que todas as associações culturais serão chamadas no decorrer da criação desta unidade orgânica, e ninguém será excluído, já que se vai dar início a um trabalho sério, e que vai ser dada continuidade ao trabalho que já foi feito nesse âmbito, com muito mérito da escola, com muito mérito das associações culturais deste concelho, e, naturalmente, com muito mérito da própria Associação da Língua Mirandesa.

Expressou que, agora, com o empenho total da Câmara Municipal e deste Executivo, irão trabalhar todos em conjunto, afirmando que esta é uma causa que deve unir a todos e nunca os separar.



O **Presidente da Junta de Freguesia de Genísio**, José Marcelino Antão, cumprimentou todos os que se encontravam presentes e prosseguiu dizendo que a informação que pretendia dar se prende com a recolha do lixo nos meses de verão, transmitindo que, principalmente no mês de agosto, a população aumenta, devido ao que será necessário proceder à recolha do lixo duas vezes por semana, em especial no ecoponto. Acrescentou que na freguesia que representa os caixotes do lixo ficam muito cheios e depois acaba por cair lixo no chão, o que não é conveniente. O **Deputado António Santos**, solicitou o uso da palavra para agradecer à equipa multidisciplinar que tem estado a trabalhar em prol da Língua Mirandesa, expressando que essa equipa fez um bom trabalho e espera que o trabalho feito possa contribuir para que a Língua Mirandesa possa ser salvaguardada e protegida no futuro.

Ainda relativamente a esta temática, referiu que a sua questão era técnica, concretamente, se apontar para uma fundação não será ficar abaixo das expectativas em relação a um instituto público, que seria financiado diretamente pelo estado, perguntando se a fundação será privada, pública e quem vai suportar os respetivos custos. Tem a ideia de que a lei apontava para um instituto público, que era uma instituição do Estado, financiada diretamente pelo Estado.

A **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que as fundações podem ser de direito público ou privado, e que, neste caso, e o trabalho que vai ser desenvolvido em torno desta matéria tem como objetivo que esta fundação seja de direito público, e como de direito público são apenas instituídas por entidades públicas e tendo como interesse primordial a prossecução do interesse público, que será o que acontecerá com esta fundação.

Considera que o facto de vir a ser uma fundação ou um instituto que não lhe parece prioritário, o que se pretende é que no final do trabalho que tem estado a ser feito neste âmbito, que seja instituída uma entidade. Neste caso, foi decidido que seja instituída uma fundação, e não vê nisso uma entidade de menor importância.

Comentou que se têm verificado pelo país fora inúmeras fundações que têm tido um papel relevantíssimo, e continuam a ter, e que toda a articulação do investimento que vai ser feito com a implementação da fundação será definido nos respetivos estatutos, que a seu tempo serão definidos. Passou a expor o que está previsto em lei no âmbito da criação desta fundação.

Concertada esta parte, deu prossecução aos trabalhos passando a abordar o ponto seguinte.

O **Presidente da Assembleia Municipal** emitiu a sua opinião pessoal em relação a esta matéria, dizendo que o facto de ser uma fundação dá flexibilidade.



Handwritten signature or initials.

Handwritten letter 'A'.

Concluídas as intervenções, passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

2. Período antes da ordem do dia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros desta Assembleia intervissem caso assim entendessem, tendo-se inscrito os membros que passam a ser indicados: Jorge Lourenço, Carlos Ferreira, Lísis Gonçalves, Tiago Martins, António Mamede, Nélío Seixas, Bárbara Fráguas e Emanuel Bernardo.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Lourenço**, cumprimentou a todos os presentes e quis deixar uma breve nota a respeito da questão que tinha sido há pouco abordada, felicitando o município e a todos os envolvidos neste processo de criação desta estrutura de missão. Este organismo que pretende agora trabalhar no sentido de definir uma estratégia para a Língua Mirandesa, e particularmente hoje, em que é assinalado o "Dia Europeu das Línguas", e que, amanhã, curiosamente, o Parlamento Europeu definiu como o "Dia do Multilinguismo" na União Europeia. Portanto, considera que é um fator relevante e uma data interessante para assinalar.

Também deixou nota, subscrevendo o que a Sr.^a Presidente tinha acabado de dizer, a respeito deste assunto, e espera que este seja um processo que tenha o envolvimento de todos no sentido de incluir e não deixar ninguém para trás, afirmando que é importante que todos possam participar, que possam dar o seu contributo, para que efetivamente essa seja uma causa de todos, em que todos contribuam para que a língua seja um fator diferenciador e um fator de desenvolvimento.

O **Vereador Carlos Ferreira** solicitou o uso da palavra, tendo-lhe sido concedida, começou por cumprimentar todos os que se encontravam presentes. Prosseguiu abordando o tema que respeita a todas as questões relacionadas com a Língua Mirandesa, referindo que é importante assinalar que o Grupo de Trabalho, que em sua opinião fez um excelente trabalho, mas que não dispõe que tipo de instituição deve ser criada, apenas apresenta propostas nesse sentido, sendo que decidirá que tipo de instituição será criada neste âmbito serão as entidades da tutela.

Declarou que, neste caso, a questão mais importante parece-lhe não ser o tipo de instituição que vai ser criada, o que lhe parece mais importante é que o Estado se comprometa definitivamente ao financiamento dessa instituição, mas sim se efetivamente o financiamento da instituição que vier a ser criada estará ou não previsto anualmente no orçamento do Estado. Porque se esse financiamento não estiver assegurado no orçamento de Estado todos os anos, será um risco para a instituição a criar.



SP

A

Lembrou que foi criada no orçamento de Estado uma dotação de até €200.000,00 (duzentos mil euros), mas que o que considera mais importante é que o Estado garanta que de agora em diante, independentemente do tipo de instituição que venha a ser criada, que o Estado continue a financiá-la dessa forma.

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu, ainda, a propósito deste assunto, que a Presidente da Câmara Municipal acabou de lhe transmitir e confirmar que no orçamento de Estado para 2025 está prevista uma rubrica para financiamento dessa instituição no valor de € 200.000,00 (duzentos mil euros).

O **Presidente de Junta de Freguesia de S. Martinho, Lisis Gonçalves**, cumprimentou todos os que se encontravam na reunião e prosseguiu abordando a situação ocorrida na freguesia que representa, nos passados dias dez e onze de agosto, em que no território daquela freguesia deflagrou um incêndio. Referiu que o fogo avançou com muita rapidez, e que foi feito um esforço enorme para fazer faixas de contenção para poder alcançar às linhas de água.

Comentou que, no entanto, o país continuou a arder, e que, em consequência disso, a Freguesia de São Martinho, talvez já tenha caído no esquecimento, mais uma vez, por considerarem que já não é um ponto importante de análise.

Neste âmbito, perguntou ao Executivo Municipal em que ponto se encontram as negociações com a CCDR-Norte e do Município em termos de abertura quanto às medidas que vão ser tomadas relativamente a esta questão, entre o final do mês em curso até ao início do mês de dezembro. Perguntou se a CCDR-N se pronunciou sobre o relatório que foi entregue na DRAP no passado dia sete ou oito de setembro. Perguntou, também, qual é o enquadramento que a CCDR-N pretende fazer atendendo às aberturas do PEPAC-Plano Estratégico da Política Agrícola Comum. E se a Câmara Municipal já recebeu os afamados trezentos mil euros de apoio, e se os recebeu como querem implementá-los no terreno.

Afirmou que, este ano, a fileira da castanha em São Martinho está altamente afetada, referindo que os agricultores que vivem da colheita da castanha, não sendo muitos, são jovens, e enfrentam grandes dificuldades. Perguntou o que é que o Executivo Municipal e o Gabinete do Agricultor vão fazer para minorar os impactos do fogo na sua freguesia.

O **Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro, Tiago Martins**, cumprimentou todos os presentes e continuou a sua intervenção perguntando ao Executivo Municipal qual é o ponto da situação do ecoponto florestal, a respeito do que disse, que foi há aproximadamente um ano feita a sua submissão.



Voltou a reforçar a importância que tem a colocação de sinalização, assim como das faixas de redução de velocidade nas estradas municipais, reportando que nesta época os problemas a esse nível são ainda maiores porque surgem as primeiras chuvas. Admitindo que as passadeiras que foram colocadas ao longo da estrada fazem alguma diferença, mas que não é o suficiente, e, portanto, que é importante que sejam colocadas as faixas de redução de velocidade.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa**, António Mamede, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam na sala onde a reunião decorreu, referindo-se a seguir à instalação de um ramal de eletricidade, instalação de furos, brocagem em Vila Chã da Braciosa, referindo que na análise deste assunto é mencionado que dada a tipologia dos trabalhos, a sua natureza, dimensão e localização, bem como o escasso impacto de relevância urbanística dos mesmos, em nada iriam comprometer a circulação viária, a saúde e a segurança pública, bem como o respeito intransigente dos interesses públicos, urbanísticos e ambientais.

Concluída a leitura da análise, mencionou que não foi propriamente isto que se tinha passado, referindo que surgiram alguns problemas, alguns constrangimentos, falta de segurança para as pessoas e de bens. Salientou, ainda a este respeito, a falta de comunicação, porque muitas pessoas se dirigiram a ele a questioná-lo se havia fogo na aldeia, porque se levantou uma enorme poeira, acrescentando que, por outro lado, a Junta de Freguesia não sabia de nada a esse respeito. Reconheceu que o Executivo Municipal, neste caso, não tem grandes responsabilidades, afirmando que o Executivo tem legitimidade para fazer todas as obras e intervenções no espaço público que considerar que deve mandar fazer, mas que, em sua opinião, deve haver mais comunicação, concretamente, entre os serviços da Câmara que tratam dessas questões e as Juntas de Freguesia, porque os serviços municipais não comunicaram nada à junta de freguesia a esse respeito, e considera que isso não pode acontecer.

Aludiu que se estava a referir à Rua das Lagas, em Vila Chã da Braciosa, onde a referida intervenção foi feita. Pediu ao Executivo Municipal, nomeadamente, à Divisão de Ambiente e Gestão Urbana, que execute e arranje os cento e cinquenta metros da referida rua, com material betuminoso, ou asfalto, comentando que talvez sobeje algum da Freguesia de Picote.

Exigiu que fossem concluídas as obras na Rua das Pereiras, na sua freguesia, com saneamento básico, esgotos e outras infraestruturas. Relembrou que a estrada que vai de Fonte Aldeia para Vila Chã, a respeito da que já muitas vezes se referiu nesta assembleia, quando terá um novo piso sustentável, e que, em sua opinião se trata da pior estada deste concelho.



Perguntou para quando será feita a rotunda de Freixiosa, que no local tem um triângulo, mas que preferia que fosse feita ali uma rotunda.

Para finalizar, apelou para que a Freguesia de Vila Chã não seja esquecida, tal como tem sido esquecida até esta data, e que, quando consulta o plano de obras e arranjos urbanísticos, executados, raramente aparece a Freguesia de Vila Chã, referindo que, tal como dizia um alto dignatário deste Executivo: *"Isto não são promessas, são compromissos"*.

O **Presidente da União de Freguesias de Iфанes e Paradela**, Nélío Seixas, cumprimentou os participantes nesta reunião, e em seguida referiu que trazia dois assuntos para tratar, os quais na realidade respeitam ao mesmo. Concretamente, o Plano de Ordenamento do Território, a revisão do Plano Diretor Municipal e a Carta de Perigosidade de Incêndios. Alertou para uma questão que em sua opinião devia estar acautelada, mas que efetivamente não está.

Aludiu que a Carta de Perigosidade de Incêndios não reflete a realidade deste município, devido ao que as intervenções, as ações, a prevenção, também não serão as mais ajustadas, e assim sendo, é provável que poderá acontecer o que aconteceu recentemente, comentando que espera não seja esse o motivo devido ao qual isso aconteça. Transmitiu que são sinalizados locais de perigosidade alta e muito alta, que na verdade não o são, trata-se de espaços aráveis, são agrícolas, sendo que esta Carta de Perigosidade não reflete o que está no terreno.

E, além disso, referiu que existem outros locais que realmente são de alta e muito alta perigosidade e foram identificados como classe I ou II de perigosidade de incêndios.

Transmitiu que esta Carta de Perigosidade está suspensa até trinta e um de dezembro do ano em curso, por estar em revisão, por assim dizer, apelando para que os Presidentes de Junta de Freguesia fossem chamados e ouvidos pelos serviços do município que elaboram esta carta, porque são os autarcas que melhor conhecem a realidade de cada uma das respetivas freguesias. Mencionou que já tinha conversado com as pessoas envolvidas na elaboração desta Carta, afirmando que essas pessoas também consideram correto fazer o que ele próprio propôs a respeito deste assunto. Mencionou que devido ao mau trabalho que vem feito de trás, e continua o mesmo, já foram indeferidos três projetos neste concelho.

Outro dos assuntos que abordou foi a revisão do PDM, que foi iniciado há algum tempo, e também constatou nesse documento, algumas situações caricatas que estavam assinaladas como zonas urbanas, e que, entretanto, deixaram de ser consideradas zonas urbanas, estando elas infraestruturadas. Tem noção de que tem que ser reduzido o espaço urbano, porque é muito extenso, mas que essa extensão se pode retirar das zonas antes designadas de zonas de



A

expansão, ou as zonas urbanizáveis. Mas nunca tirar espaços urbanos, a pessoas que compraram terrenos como sendo urbanos, e pagam IMI como sendo urbanos, e de repente pretendem fazer um investimento e já não podem porque de um momento para o outro deixaram de ser urbanos porque foi feita uma redução dos espaços urbanos.

Também a respeito desta questão, gostaria que fossem ouvidos os Presidentes de Junta, porque na área da União de Juntas de Freguesia que representa verificou algumas situações caricatas e alguns recortes que foi proposto para o novo plano de ordenamento, e parece-lhe que esses recortes foram feitos a pedido ou em função dos respetivos proprietários, e considera que isso não devia acontecer.

Mais uma vez, referiu que lhe parece razoável que os Presidentes de Junta sejam ouvidos, porque certamente terão uma palavra a dizer a respeito desta matéria.

O **Deputado Emanuel Bernardo** cumprimentou todos os participantes nesta reunião, e deu continuidade à sua intervenção dizendo que gostaria de apresentar uma moção no final deste ponto, mas que, entretanto, pretendia abordar uma questão que lhe parece ser importante.

Mencionou, a respeito do que tem vindo a ser divulgado pela ANAFRE e pela ANMP, a respeito das deliberações tomadas nas assembleias municipais, que implicam protocolos com as juntas de freguesia, e que tem vindo a acontecer há alguns anos por todo o país, em que o Presidentes de Junta de Freguesia são acusados de votarem em direito próprio.

Referindo que, nas atas das reuniões desta assembleia se tem tido esse cuidado, e neste âmbito pretendia saber se tem havido algum desenvolvimento em relação à questão jurídica, legal, que isso implica, ou se continua a arrastar-se essa questão.

Considera que se deve acompanhar esta questão, comentando que o que se verifica aquando da tomada de deliberação respeitantes aos apoios financeiros atribuídos às Juntas de Freguesia, se tem verificado a sua aprovação por unanimidade, o que pode causar algum impacto sobre todas as Juntas de Freguesia do País. Deixou este alerta, e solicita esclarecimento acerca de se já há alguma novidade a esse respeito.

A **Deputada Bárbara Fráguas** cumprimentou a todos e em seguida questionou a respeito da escola de Sendim, quanto à execução de obras naquele estabelecimento de ensino, conforme tinha sido anunciado, que seriam efetuadas durante o período de férias do verão, mas que, afinal ainda não tinham sido iniciadas. Perguntou para quando estão previstas essas obras, porque os alunos vão passar mais um inverno em que vão sofrer as consequências advindas do mau estado de conservação do edifício.



Relativamente à ETAR de Atenor, lembrou que este assunto foi discutido numa das primeiras reuniões desta assembleia e que o executivo se tinha comprometido a avançar com esta obra, e dado que é a única aldeia deste concelho que não tem ETAR.

Mencionou que em Atenor recentemente foram feitas obras, nos arruamentos, referindo que são obras que já tinham sido aprovadas com o executivo anterior, afirmando que foram muito bem executadas, felicitando o executivo pela forma como as obras foram realizadas.

Comentou que o mesmo não pode dizer em relação à rotunda que foi efetuada, afirmando que é questionável, considera que essa foi uma obra desnecessária que veio dificultar a entrada na aldeia, dado que se situa numa curva, numa estrada com pouco movimento, e que, nunca houve nenhum acidente, nem problemas na localidade. Declarou que também foram feitas obras no espaço da associação cultural, as quais considera terem sido necessárias, assim como as obras efetuadas no início da aldeia, os muros, considera que ficou tudo muito bonito, no entanto no espaço da AEPGA parece-lhe que ali faltam espaços verdes, porque no período de verão aquele espaço empedrado se torna muito quente porque não tem sombras.

Referiu que os espaços verdes são essenciais nas aldeias em que se atingem temperaturas tão elevadas, e que isso ficou por fazer.

Aludiu ainda o enorme número de gatos de rua, que não têm dono, que se encontram nas várias localidades do concelho, comentando que no caso da aldeia de Atenor não demorará a ter mais gatos que pessoas.

Disse que não tem conhecimento se o canil intermunicipal poderá intervir, ou então, lançar um programa de esterilização de animais de rua, uma vez que a Câmara Municipal tem estado a apoiar a esterilização de gatos que têm dono.

Considera que seria mais importante atuar sobre os gatos sem dono, porque esses são o maior problema, não só de saúde pública, mas também para a biodiversidade.

O **Presidente da Junta de Freguesias de Picote**, Jorge Lourenço, solicitou de novo o uso da palavra e tendo-lhe sido concedida, disse que, em defesa da honra, a afirmação efetuada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa é lamentável.

Afirmou que nunca ouviu um presidente de junta de freguesia questionar, e seguramente por ele, as intervenções urbanísticas efetuadas noutras localidades, e lamenta que tenha sido feita a referida afirmação, e, portanto, se manifestou em defesa da honra, mais a mais, por serem freguesias limítrofes uma da outra.



A **Deputada Vera Ruano**, dirigindo-se ao Executivo Municipal perguntou, relativamente aos transportes escolares, e atendendo que no dia de ontem, os alunos e encarregados de educação estiveram trinta minutos à chuva à espera na paragem do autocarro, e quando passou as aulas já tinham começado, e saber se a resposta do executivo vai ser que não há nada a fazer.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Rodrigues, interveio em representação do Executivo Municipal e iniciou a sua intervenção apresentando os seus cumprimentos a todos os que se encontravam na reunião.

Prosseguiu dando resposta às questões colocadas pelos membros deste órgão deliberativo que intervieram anteriormente.

Começou por responder às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Genísio, dizendo, quanto à recolha de lixo que, no verão o lixo é recolhido duas vezes por semana, com exceção do que é colocado nos ecopontos.

Transmitiu que assim que lhe fazem chegar alguma reclamação nesse âmbito, que de imediato entra em contacto com a empresa que faz o trabalho de recolha de lixo, e que foram efetuadas muitas recolhas de lixo excecionais para que o lixo não acumulasse.

Quanto ao grupo de trabalho da Língua Mirandesa, referiu que todos se congratulam com o trabalho que tem vindo a ser feito por esse grupo de trabalho.

Relativamente à estabilização dos terrenos agrícolas, transmitiu que, em reunião com o Secretário de Estado das Florestas, lhe foi dado conhecimento de que este município iria receber duzentos e cinquenta mil euros para fazer face ao rasto de destruição deixado pelos incêndios ocorridos neste concelho, mais concretamente nas freguesias de Constantim e Cicouro.

Também mencionou que o Secretário de Estado da Agricultura esteve neste município e que levou o levantamento efetuado neste concelho pela Direção Regional de Agricultura, no entanto, o Executivo Municipal ainda não obteve resposta acerca dessa matéria.

Referiu que apelou ao Sr. Secretário de Estado que tivesse atenção, para que efetivamente fossem tomadas medidas direcionadas aos proprietários dos terrenos que realmente arderam, e que não sejam tomadas medidas genéricas que englobem todos os proprietários de terrenos, mas, acima de tudo, para os proprietários que tiveram efetivamente prejuízos.

Referiu que a CCNR-N é apenas uma espécie de intermediário, sendo que, neste momento, a Direção Regional de Agricultura tem as suas instalações no edifício da CCNR-N.

Quanto à questão do ecoponto, respondeu que ainda não chegou a sua aprovação, e ainda não têm mais informação a esse respeito.



No que se refere à sinalização, disse que o Vereador Vítor Bernardo responderá a essa questão. Relativamente à questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, respondeu que verifique a sua caixa de correio eletrónico o e-mail que lhe foi enviado por parte da Câmara Municipal, e em que data foi apresentado um pedido por parte da E-REDES para fazer uma ligação naquela freguesia, indicando que esse pedido foi feito no dia sete de julho, e que, entretanto, foram fazer essa ligação sem avisar a Câmara Municipal, o que deviam ter feito com cinco dias de antecedência sobre a data em que a ligação seria feita, e, portanto, também não puderam avisar a Junta de Freguesia.

No que se refere aos arranjos urbanísticos, respondeu que para Vila Chã, ao contrário de outras freguesias deste concelho, este executivo já mandou executar arranjos urbanísticos nessa freguesia. Comentou que o propósito deste Executivo Municipal é mandar executar arranjos urbanísticos nas freguesias que ainda não foram contempladas. Afirmou que a situação de Vila Chã não está esquecida, reafirmando que, efetivamente, é para cumprir porque é um compromisso.

Referiu, a respeito do arranjo do caminho, que também estão a ser programados esses trabalhos, mencionando que não será alcatroado todo, apenas a parte que estiver inserida no perímetro urbano.

Respondendo à questão da Carta de Perigosidade de Incêndios, afirmou estar totalmente de acordo com as afirmações feitas pelo Presidente da União de Freguesias de Iфанes e Paradela, referindo que efetivamente neste momento está suspensa. Mas que quando chegar alguma informação ao Executivo Municipal que entrarão em contacto com os autarcas que representam as juntas de freguesia. Considera que o Presidente da União de Freguesias estava a ser injusto, pois foi consultado aquando da revisão do PDM para dar indicações do que devia e não devia ser feito naquela união de freguesias. Mencionou ainda que, no âmbito do PDM, existem regras bem explícitas que têm que ser cumpridas.

Referiu, também, que logo que esteja em discussão pública que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia serão todos ouvidos.

Declarou que também concorda com as palavras proferidas pelo Deputado Emanuel Bernardo relativamente à atribuição de verbas às Juntas de Freguesia através de protocolo, sendo que, efetivamente, o representante da autarquia contemplada se deve isentar da sala de reunião, por ser parte interessada.



Referindo-se à Escola de Sendim, respondeu que o respetivo projeto já foi concluído, e vai ser efetuada a sua candidatura, e que está inscrita no PRR, não têm ainda conhecimento de quando dará início a apresentação de candidaturas, mas logo que forem abertas que será dada entrada do projeto para a recuperação daquela escola.

Quanta à ETAR, disse que em Atenor apenas existem fossas céticas, e há quem afirme que as fossas céticas são melhores que as ETAR's. Afirmando que o Executivo vai ajudar todas as freguesias da forma que for possível, comentando que o ideal seria abrir uma candidatura para mudar todas as ETAR's deste concelho.

Relativamente aos arranjos urbanísticos executados em Atenor, retorquiu dizendo que as obras não são dos políticos, mas sim promovidas pela Câmara Municipal. E, assim sendo, também quando este executivo sair da Câmara Municipal deixará projetos aos quais pode ser dada continuidade por outro executivo que venha a ser eleito.

No que respeita às zonas verdes junto da Associação, respondeu que em sua opinião existe no local bastante zona verde, e que foi uma parceria feita entre a Câmara Municipal e aquela associação, sendo que a Associação garantiu a mão de obra e a Câmara Municipal cedeu o material para efetuarem as obras no edifício onde se encontra instalada a associação, que é propriedade do município.

Quanto ao programa de esterilização de animais, respondeu que a Câmara Municipal celebrou um protocolo com diversos consultórios veterinários para esterilização de animais que não têm dono. E se encontrar um animal sem dono, devê-se entrar em contacto com o Veterinário Municipal para que trate de esterilizá-lo.

Lembrou que o Canil Intermunicipal está superlotado e os animais não podem ser abatidos, logo, não podem receber mais animais. Comentou que também acontece que muitas pessoas alimentam os animais de rua, e que depois afirmam que os animais não são dessas pessoas.

Transmitiu que este município tem programa de esterilização de animais todos os anos, e que todos os residentes podem recorrer a ele para esterilizar animais, gatídeos e canídeos.

No que respeita aos transportes escolares, afirmou que neste momento é da competência do Governo, e que a emissão de passes é gerida pelo Agrupamento de Escolas.

Quanto à autarquia, respondeu que gere apenas os transportes dos circuitos efetuados na cidade, quanto aos restantes transportes escolares, são da responsabilidade do Governo, da CIM-TTM, com a colaboração do Agrupamento de Escolas que envia as inscrições dos alunos.



SP

A

No entanto, a Câmara Municipal, sempre que necessário, intercede junto da empresa que presta o serviço de transporte para resolver problemas diversos.

O **Deputado António Santos** interveio na qualidade de Diretor do Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, e confirmou que a função da escola é apenas submeter as inscrições dos alunos para a empresa que efetua o transporte ou para a CIM.

Deixando nota de que o que é visível é que se avançou para pior. Porque, de facto, com a passagem para a CIM acaba por haver uma desresponsabilização da Câmara porque não lhes diz diretamente respeito, mas que, de facto, o serviço não tem melhorado, têm piorado.

Neste momento em que as aulas deram início, verifica-se alguns atrasos, pedem dinheiro aos alunos para mudança de cartões, acerca do que está alheado, não tendo conhecimento do que leva à mudança dos cartões, quando os alunos têm direito ao seu cartão gratuito. Em sua opinião, considera que se deve fazer uma avaliação muito séria acerca desta situação, porque não interessa nada andar para pior.

Deixou nota de que, também tem havido alguma dificuldade de comunicação com a empresa que faz o transporte, sem embargo, já foi comunicado aos encarregados de educação que sempre que surjam problemas nesse âmbito, que reportem à escola através de e-mail, que a escola as fará chegar à empresa, por forma a que perceba que as coisas não estão a correr bem, afirmou que é um facto que não houve melhorias no serviço.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** expôs que o valor dos cartões dos transportes escolares era suportado pela Câmara, sendo que a Câmara desconhecia que no anterior ano letivo cada vez que um cartão tinha que ser substituído o aluno tinha que pagar à empresa cinco euros pelo novo cartão.

Mencionou que este ano a empresa estava com intenção de proceder da mesma forma, e que entrou em contacto com o empresário e lhe transmitiu que é falta de respeito e de consideração para com os alunos, assim como pela Câmara Municipal, essa forma de atuar, porque poderia ter comunicado à CIM-TTM que pretendia cobrar os novos cartões, devido à mudança do sistema de emissão de cartões, e eventualmente a Câmara Municipal se teria disponibilizado a pagar os cartões.

Além de que, caso o aluno necessite de pedir um novo cartão, que deveria pedir na escola a sua emissão e efetuar também o pagamento na escola.

O **Deputado António Santos** referiu que a CIM o terá informado de que o primeiro cartão de transporte escolar é facultado aos alunos gratuitamente.



Handwritten signature or initials.

Handwritten letter 'A'.

Soube que, atualmente, a empresa está a substituir todos os cartões antigos por cartões magnéticos, para recolha de dados biométricos respeitantes ao número de alunos que utilizam os transportes escolares.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** comentou que o número de alunos que a empresa está a transportar é inferior ao número de alunos inscritos, porque alguns alunos têm outra forma de transporte.

O **Deputado António Santos** não concorda que sejam os alunos a pagar os novos cartões já que o interesse na mudança dos cartões é da empresa.

O **Vereador Vítor Bernardo** solicitou o uso da palavra para dar resposta ao Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro.

Relativamente à colocação de bandas redutoras de velocidade, respondeu que a Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal está a estudar a colocação de duas bandas redutoras menos impactantes em Constantim.

Quanto à colocação de sinalética, transmitiu que a Câmara Municipal está a fazer o levantamento para colocar sinalética em todo o concelho, referindo que a Câmara Municipal gastou em dois mil e vinte e dois, cento e dez mil euros em sinalética, não obstante considerar que os sinais de obrigação de parar, que são os STOP colocados em todos os caminhos ao longo da Estrada Municipal 542, foram bem colocados porque a estrada fica com prioridade em relação aos caminhos.

A Câmara Municipal, cada vez que pretende mandar colocar sinalização, traz sempre esses assuntos a esta assembleia, porque o Executivo Municipal considera que a sinalização de trânsito é uma espécie de regulamento externo, e, portanto, tem estado a ser aprovado pela assembleia municipal.

Relativamente à questão dos protocolos celebrados entre o município e as juntas de freguesia, respondeu que a Direção Geral das Autarquias Locais acha que os presidentes de junta enquanto membros fazem parte das assembleias municipais não deviam votar os protocolos de comparticipação financeira entre as juntas de freguesia e os municípios, a CCDR emitiu parecer no mesmo sentido, o Conselho Diretivo da ANAFRE tem uma posição contrária, e ele pessoalmente também tem essa posição.

Pessoalmente considera que podem e devem votar os protocolos a celebrar com a Câmara porque não estão no interesse próprio, estão na defesa dos interesses dos respetivos fregueses.



SP.

A

Acrescentou que o Ministério da Coesão Territorial também está a estudar esta questão, mas o que sair do ministério irá parar aos tribunais, e os tribunais, por sua vez, é que farão jurisprudência.

O **Deputado Emanuel Bernardo** disse que concorda com o entendimento do Vereador Vítor Bernardo sobre este tema, a questão é saber se já houve algum desenvolvimento a esse respeito, ou se é para aguardar.

Explicou que colocou esta questão porque não faz sentido que, por exemplo, atendendo à forma como tem sido feito ao longo dos últimos dez anos, que venha alguém dizer que as juntas de freguesia e vão ter que devolver o dinheiro e voltar a fazer.

Comentou que, se a lei for alterada, daqui para a frente, pois que seja, mas que não tenha impacto no passado, porque em termos de burocracia iria criar problemas muito graves, às juntas de freguesia, à câmara, e a toda a gente, e considera que não é isso que se pretende.

Também entende que o presidente de junta vota, neste caso, enquanto membro da assembleia, porque caso contrário ninguém votaria nada porque são todos munícipes.

O **Vereador Vítor Bernardo** respondeu que, em Direito, a regra é que as normas jurídicas não têm efeitos retroativos, à exceção de normas de incidência tributária que podem ter efeitos retroativos.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, dirigindo-se ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, perguntou em relação às verbas alocadas aos transportes, pelo que se apercebe no próximo ano não será gasta essa verba, porque sendo trezentos mil euros, a dividir por treze freguesias, são vinte e três mil euros a cada uma, afirmando que se trata apenas de uma sugestão.

Relativamente às faixas de contenção, declarou que todos falham, seja enquanto presidentes de junta, seja como cidadãos, falharam na identificação das parcelas, porque são inúmeras parcelas à volta das freguesias, muitas delas em heranças indivisas, referindo que o Secretário de Estado já se pronunciou a este respeito, para mudar esta situação e obrigarem a limpar, mas que acaba por se cair sempre na mesma situação, que é a junta de freguesia identifica, a GNR ajuda, e a câmara tem que se sobrepor, e então questionou se a câmara vai ser responsável pela limpeza dos terrenos de toda a gente. Afirmando que isso não pode acontecer e que os presidentes de junta têm que começar a ser mais rígidos na identificação dos terrenos, usar os BUPI, as identificações, assim como, os conhecimentos nas freguesias, para criar uma base de dados, juntamente com a GNR de cada freguesia, para que não seja todos os anos a mesma coisa, sempre a perguntar de quem são os terrenos, e as coimas acabam por nunca serem aplicadas.



US

A

Sugeriu que não se deve ser benevolente em relação a esta questão, afirmando que, assim que o prazo para limpeza dos terrenos termine, que devem começar a aplicar coimas, porque futuramente voltará a acontecer o mesmo que aconteceu em São Martinho.

Deixou a sugestão dizendo que na próxima primavera se agilize com o Comando da GNR de Miranda do Douro uma análise e um controlo mais rígido para com os proprietários.

O **Deputado Tiago Sanches da Gama** solicitou o uso da palavra e, tendo-lhe sido dada, começou por cumprimentar todos os que se encontravam presentes na reunião.

Sugeriu que se desse imediatamente início à elaboração de um novo plano, corrigir o que está errado, verificar onde existe e onde não existe perigo de incêndio, e, depois de elaborado, enviar para quem de direito, e para precaver caso deflagre algum fogo, e ter isso já preparado para, em caso de necessidade, para que os bombeiros possam dar informação correta aos bombeiros de outras corporações caso sejam chamados a ajudar em alguma ocorrência nesse âmbito.

Afirmou que não se pode continuar a dividir o terreno da forma que se vindo a fazer, porque se assim for não se consegue controlar.

Referiu que, em mil novecentos e sessenta e setenta, não havia incêndios em Ifanes, porque havia cinco mil ovelhas e muitas cabras, havia quem comia. Propondo que, ou se opte por fazer rebanhos comunitários e tentar ter um funcionário da junta de freguesia que cuide do rebanho e cada pessoa dá uma percentagem de terreno, e a outra parte, é voltar ao que vai acontecer.

Mencionou que mais tarde vai ter que ser o Estado a limpar, porque o Estado deixou isto chegar a um estado terrível.

Comentou que vai ter que ser feito um pacto com o PSD e com o PS, porque são os partidos do regime, e têm que decidir que tipo de árvore pretendem mandar plantar, e onde querem plantar, e como querem plantar. A seguir vai-se ao contrário, que é, quem pratica a agricultura e quem limpa, tem que receber mais subsídios, e quem não limpa, o Estado limpa, e pessoa não recebe nenhum subsídio, disse que provavelmente se avançará para isso. Apelou, mais uma vez, para a necessidade de fazer o trabalho de casa, e que não se perca tempo e se faça um projeto para estar preparados.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote** fez de novo uso da palavra para deixar algumas notas. A primeira para novamente sublinhar a questão das áreas de reabilitação urbana, visto que supostamente o PDM estará em revisão, para que se inclua Picote e o Barrocal do Douro, na questão da reabilitação urbana.



Felicitou o município, mais propriamente, alguns dos seus colaboradores, com o "Summer CEmp" e com o "Meating", que foram realizados em Miranda do Douro. Considera que foram duas iniciativas que são de ressaltar pelo impacto que tiveram e pela divulgação do município.

No caso do primeiro, pelos oradores e pelos temas que aqui foram abordados, lamenta que não tenha havido maior divulgação e para ter mais envolvimento da população local, porque acha que os oradores mereciam, e que, se tivesse sido feita essa divulgação, que teria sido possível.

Quanto ao "Meating", considera que se trata de um evento que o município deve acarinhado, e não tem dúvidas de que no futuro haverá uma feroz concorrência por parte de outros municípios para a sua realização, pelo cenário, pelas condições, pela qualidade, pela gastronomia, o município não devia deixar fugir este evento. Por ser um evento de qualidade, o estado do tempo ajudou, a data foi a que foi, mas poderá equacionar-se outra. Manifestou que quando os eventos são de qualidade que se deve fazer tudo para que possam continuar no tempo.

O **Vice-Presidente** da Câmara Municipal fez uso da palavra para dar resposta a algumas questões apontadas, nomeadamente à intervenção efetuada pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, declarando que concordou com tudo o que foi dito, mas que quando vier a esta assembleia o novo transporte que vai ter do da Câmara.

Mas concorda que se o município distribuisse mais dinheiro pelas juntas de freguesia era perfeito. Também concorda com as declarações apresentadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Picote, afirmando que o Executivo Municipal tudo fará para não deixar sair daqui nenhuma das iniciativas que o executivo municipal conseguiu atrair para este concelho, referindo-se também a uma outra iniciativa que decorreu no passado fim de semana denominada "Douro Internacional", e o que vai decorrer no próximo fim de semana dará início o evento "Volta ao Nordeste".

Referiu que o Executivo Municipal tem noção de que sai algum dinheiro dos cofres da câmara para dar apoio a estes eventos, mas que trazem um enorme retorno para este município e para as populações limítrofes.

O **Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia**, Pedro Velho, face à ausência momentânea do Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu com os trabalhos e, dando por concluídas as intervenções no Período Antes da Ordem do Dia, transmitiu que tinham chegado à mesa duas moções, que seriam agora apresentadas.

O **Deputado Emanuel Bernardo** apresentou a primeira moção, alusiva às acessibilidades em espaços públicos mais inclusivas, cujo teor passou a ler, e para constar na presente ata passa a ser transcrito:



CF

A

"Considerando que:

I. A Acessibilidade é um direito fundamental que garante a todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas, o acesso pleno a todos os espaços públicos e privados;

II. As Cidades Inclusivas promovem a equidade e a inclusão social, proporcionando infraestruturas adequadas e serviços acessíveis para todos os cidadãos;

III. Portugal é signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, que reafirma a universalidade, indivisibilidade, interdependência e correlação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e a necessidade de garantir às pessoas com deficiências o seu pleno gozo sem serem alvo de discriminação, assim como a importância da acessibilidade ao ambiente físico, social, económico e cultural, à saúde e educação e à informação e comunicação, ao permitir às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;

IV. A acessibilidade é a garantia do respeito pela dignidade individual e ferramenta de combate à discriminação e segregação a que as pessoas com deficiência se encontram expostas;

V. A implementação de políticas de acessibilidade contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, com particular destaque para a população mais idosa, pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, bem como para a garantia da liberdade individual e coletiva da população.

Destarte, propomos à Assembleia Municipal de Miranda do Douro que aprove a presente Moção de Recomendação de:

- Realização de um diagnóstico sobre as condições de acessibilidade existentes nos espaços públicos, equipamentos, serviços, infraestruturas e edifícios e de gestão da administração pública local;

- Elaboração e implementação de um Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades (PMA) e um Plano Municipal para a Inclusão (PMI), sendo acompanhado e monitorizado pelas entidades competentes do município e pelas entidades de apoio a pessoas com deficiência, com metas e prazos definidos, visando a progressiva adequação das infraestruturas e serviços públicos de responsabilidade da administração local às normas de acessibilidade vigente no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, respeitando o estabelecido no diploma que refere: "[a] promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma



sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, conseqüentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no Estado social de direito”;

- Promoção de campanhas de consciencialização e formação sobre acessibilidade e inclusão, sensibilizando para a importância de um município inclusivo, bem como de freguesias inclusivas;*
- Incentivo à participação ativa de pessoas com deficiência, nomeadamente aquelas que têm condição de mobilidade condicionada, na construção das políticas públicas, garantindo que sua voz seja ouvida e as suas necessidades consideradas;*
- Assegurar uma percentagem do orçamento municipal de investimento anual destinado à implementação das medidas propostas, bem como à manutenção e melhoria contínua das infraestruturas para o desiderato exposto.”*

Concluída a leitura da moção, o 1º Secretário, Pedro Velho, perguntou se algum dos membros presentes nesta reunião pretendia intervir, ao que o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho manifestou a sua vontade de expressar a sua opinião.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho** declarou que aprova a moção que foi acabada de apresentar, embora não seja exequível em São Martinho. Explanou que na freguesia que representa tem acesso para mobilidade reduzida nos edifícios públicos, até têm acesso uma cadeira de rodas no cemitério da sua freguesia, o problema que se coloca é de casa à rampa, sem embargo, vota a favor desta moção.

O **Deputado António Santos** considera que a moção apresentada é de toda a justiça, lembrando que já se tinha falado nesta assembleia acerca destas questões, afirmando que é importante começar a pensar nesta realidade, nem que seja nos acessos aos edifícios públicos, referindo que somos visitados por tanta gente, e muita dessa gente vem em cadeira de rodas, assim como com carrinhos de bebés, constatando que de facto existem muitos espaços na cidade que precisam de intervenção. É o caso, dos passeios, passeios onde se encontram implementados postes, passeios sem rampa para a estrada. Pensa que não é um investimento assim tão grande, e que, se for feito faseadamente, sendo que, considera que tem que haver cuidado em relação a esta questão, porque as pessoas merecem toda a atenção.

O **Vereador Vítor Bernardo** solicitou o uso da palavra para se pronunciar a respeito deste tema, conforme se segue. Pronunciou-se afirmando que concorda com o teor da moção e que advém da maior parte da legislação europeia e portuguesa.



SP
A

Referiu que já há edifícios municipais adaptados com acesso para pessoas com mobilidade reduzida, sendo que os equipamentos já estão mais ou menos adaptados. O que acontece, nos passeios, não é só o poste, o grande problema é, sobretudo, o passeio não ter um metro e vinte centímetros de largura. Mencionou que na maior parte das aldeias não há passeio, referindo que na cidade de Miranda do Douro, na Vila de Sendim e na aldeia de Palaçoulo, é diferente porque os passeios não têm as medidas que deviam ter. Transmitiu que essa intervenção implica um enorme investimento, referindo que se está a referir a loteamento de há vinte anos atrás.

Transmitiu que o município tem essa obrigação de fazer o levantamento, e que o Executivo Municipal assume as suas responsabilidades, terminando por dizer que concorda com a moção.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** manifestou a sua concordância em seu nome assim como no de todo o executivo municipal, declarando que estão atentos e que tudo farão para resolver essa questão. Também mencionou que as obras que têm vindo a ser feitas pelo município, já têm tido em atenção essa questão, pelo menos nos passeios.

Não havendo mais inscrições foi posta a votação apresentada, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que seria apresentada a seguir mais uma moção, pelo Deputado Pedro Velho acerca da questão do negócio das barragens.

A propósito deste assunto, disse que um antigo Ministro das Finanças lhe tinha enviado uma mensagem acerca desta polémica, e que, de facto, esta questão é uma vergonha.

O **Deputado Pedro Velho** procedeu à leitura do teor da moção que se prende com o negócio da venda das barragens, apresentada conjuntamente pelos partidos representados nesta Assembleia Municipal.

“Proposta de moção: Perda de confiança na Diretora-Geral da AT

Passaram quase quatro 4 anos sobre o negócio das barragens. Nenhum dos impostos devidos pelo negócio e pela existência das barragens foi cobrado, nem sequer validamente liquidado.

No que respeita ao Imposto do Selo, depois de o anterior Primeiro-Ministro e do anterior Ministro das Finanças terem anunciado, no Parlamento, logo no início de 2021, que a AT havia iniciado a inspeção tributária ao negócio, a Diretora-Geral da AT informou, numa audiência parlamentar em outubro passado, que, afinal, nenhuma ação de inspeção havia sido sequer iniciada. Esta afirmação é da máxima gravidade.



A AT está obrigada a inspecionar os negócios sempre que existam indícios de evasão fiscal, mas decidiu não o fazer, à margem da legalidade, porque não existe nenhuma lei que legitime essa decisão, e ela é discriminatoriamente favorável às concessionárias que fizeram parte do negócio. No que respeita ao IMI, apesar de existir um despacho governamental que ordena à diretora-geral da AT que efetue liquidação e a cobrança do IMI das barragens, não só não existe ainda nenhuma liquidação validamente efetuada, como nem sequer a avaliação dos imóveis foi concluída. Isto apesar de esse despacho ter sido proferido há mais de 1 ano e meio.

A Diretora Geral da AT não só desmente o Primeiro-ministro e o Ministro das Finanças, como não cumpre os despachos do secretário de estado que a tutela.

Na ata da reunião da Câmara municipal de Miranda do Douro de 2 de setembro, consta a informação de que a diretora geral da AT recebeu a administração da EDP e os seus advogados, duas vezes, uma antes de mudar de opinião acerca da incidência do IMI sobre as barragens e passar a entender que esse imposto não era devido, e outra pouco tempo antes de emitir instruções para todos os serviços ordenando a devolução de todo o IMI pago pelas concessionários de barragens, e impedindo os serviços de fazerem novas liquidações e cobranças.

Apesar de estes procedimentos da Diretora Geral da AT terem sido declarados ilegais pelo Governo que a tutela em fevereiro do ano passado, nada mudou.

Esta Assembleia Municipal é o órgão com competências tributárias do Município de Miranda do Douro, e as decisões que são aqui proferidas em matéria são executadas pela AT, a quem cabe a liquidação e a cobrança dos impostos municipais.

Como órgão que executa a política fiscal deste Município, é indispensável a existência de uma relação de confiança entre esta Assembleia Municipal e a Diretora Geral da AT.

Porém, o comportamento da Diretora Geral da AT é sistematicamente e ilegalmente favorável às concessionárias, e também sistematicamente desfavorável, lesivo e violador dos direitos tributários deste município e dos cidadãos que representa.

Este comportamento é incompatível com a relação de confiança entre esta Assembleia Municipal e a AT, pelo que se propõe um voto de perda de confiança da Assembleia Municipal e do Município na Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Sendo aprovada esta moção, propõe-se também que seja enviada a Procuradoria-Geral da República, ao DCIAP, ao Tribunal de Contas, à Provedora de Justiça e à Inspeção Geral de Finanças, e bem assim que seja divulgada pela comunicação social."



SP

A

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia apresentar algum comentário a este respeito, e não se tendo manifestado ninguém pôs este assunto a votação, tendo sido aprovada por unanimidade a moção supratranscrita.

3. Aprovação da ata da reunião realizada a 28 junho 2024.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou aos membros desta Assembleia Municipal se pretendiam intervir neste ponto e, não se tendo inscrito nenhum dos presentes, pôs a ata da reunião realizada a vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro a votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros presentes na respetiva reunião, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

4. Declaração de reconhecimento de interesse público estratégico – Ponderação da discussão pública – Vila Galé – Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A. – Rua Abade Manuel Sardinha – Barragem - Freguesia de Miranda do Douro - Processo n.º 37/24.

O **Vereador Vítor Bernardo** deu uma explicação sucinta a respeito deste assunto, por forma a esclarecer porque motivo este assunto foi enviado para apreciação e votação por parte deste órgão deliberativo.

Expôs que, atendendo ao facto do local escolhido para implantação do empreendimento se encontrar em área urbana e em área verde de enquadramento, para o promotor ter uma implantação que se considere viável e seguindo às regras do PDM, na revisão de dois mil e dezoito, que foi feita para ser possível construir o Mosteiro Santa Maria Mãe da Igreja, e nessa revisão do PDM apareceram empreendimentos turísticos e os empreendimentos de carácter estratégico para o município, que obedece a uma série de regras.

Esclareceu que o empreendimento de carácter estratégico tem duas fases, que são a informação técnica de não sujeição da avaliação ambiental estratégica, regulada pelo Decreto-Lei 232/2007 de 15 de junho, e o âmbito de aplicação está no artigo 3.º.

Elucidou que, uma vez que o empreendimento a implantar não se enquadra em nenhuma das alíneas do referido artigo, os serviços técnicos da câmara fizeram uma informação técnica a propor a não avaliação ambiental estratégica por uma série de razões.

Depois da primeira fase, a câmara deliberou unanimemente colocar em discussão pública, que é obrigatório, porque um empreendimento de carácter estratégico tem o ónus de ser aprovado nos mesmos moldes que a aprovação de um plano, ou seja, tem que ir para discussão pública no prazo de vinte dias.



Mencionou que, se é para considerar de carácter estratégico, que não há dúvida que é, já foram explicadas as vantagens disso, mas que, não tem, portanto, nada a ver com a dispensa da avaliação, porque essa decisão foi tomada a montante, e não passa pela assembleia municipal.

Por outro lado, referiu que é importante que, a par deste projeto, que é estratégico, que fossem também definidos programas de apoio para as entidades que já estão instaladas no concelho, nomeadamente entidades de restauração, entidades hoteleiras, no sentido de os apoiar, de os formar, no sentido de poderem melhor competir, porque vai haver sempre competição.

Mencionou que, com um estabelecimento desse género, com a qualidade desse género, parece-lhe que tem que se melhorar em termos da qualidade dos serviços que aqui são fornecidos, é essencial, comparando com a qualidade que passa noutros municípios, e isso era uma boa oportunidade, criar um programa de melhoria.

Concorda com o Presidente da Junta de Freguesia de Picote, quando se referiu ao Meeting, subscreveu as palavras por ele proferidas, comentando que foi de uma qualidade excelente e que mobilizou muita gente.

Acha que pode ser dado mais um passinho, que seria alguma dessa experiência e desse saber passar para as entidades locais, nomeadamente, para os restaurantes, fazer alguma formação a respeito daquilo que ali se passou, a comida que ali foi servida, ao serviço que existe. Comentando que, esse pequeno passo, que é passar para fora, traria vantagens muito grandes e que também contribuiria para a melhoria dos estabelecimentos locais.

A **Deputada Bárbara Fráguas** transmitiu que iria votar contra porque, pessoalmente, tem dúvidas sobre o carácter estratégico e os benefícios que esse projeto vai trazer para Miranda do Douro, e também porque, se particulares e outras empresas devem seguir as regras de construção num sítio como esse onde o empreendimento vai ser edificado, um grupo como este devia seguir as mesmas regras e estar sujeito às mesmas condicionantes.

O **Vereador Vítor Bernardo** perguntou a que regras a Deputada Bárbara Fráguas se estava a referir.

A **Deputada Bárbara Fráguas** perguntou porque é que a assembleia municipal vai aprovar o carácter estratégico deste empreendimento.

O **Vereador Vítor Bernardo** respondeu que é por duas razões, concretamente, porque cria mais de vinte postos de trabalho, e o investimento é mais de dois milhões e quinhentos mil euros.



Além disso, referiu que o projeto inerente ao empreendimento tem que cumprir as regras urbanísticas, mencionando, ainda, que a criação de um empreendimento de caráter estratégico está regulamentada.

Declarou que, em sua opinião, a câmara devia ter um regulamento de apoio ao empreendedorismo, que isentasse a maior parte dos equipamentos comerciais/industriais de IMI durante os primeiros cinco anos e com um investimento de dois milhões.

A **Deputada Bárbara Fráguas** afirmou que está plenamente de acordo com isso que o Vereador acabou de referir, mas que há outra coisa que a incomoda realmente com este empreendimento, é a campanha e a publicidade que se tem feito à volta dele, quando muitos outros empreendedores estão aqui há vários anos, vivem aqui, e nunca lhes foi concedida nenhuma benesse, nem nenhum apoio.

O **Vereador Vítor Bernardo** respondeu que o grupo que vai implementar o empreendimento também não te nenhuma benesse, dizendo que o que aqui se pretende é, caso assim entendam os membros desta assembleia, é aprovar o caráter estratégico do empreendimento e nos termos do que está previsto no PDM.

A **Deputada Bárbara Fráguas** agradeceu o esclarecimento feito pelo Vereador Vítor Bernardo, afirmando que não tinha ficado convencida.

O **Deputado Tiago Sanches da Gama** referiu que quando construíram a barragem se estivesse cá, diria que não queria que a construíssem, em relação ao hotel que o Grupo Vila Galé pretende implementar aqui em Miranda do Douro, disse que ainda se lembra com o antigo executivo municipal, que dois mirandeses tentaram construir um hotel naquela zona, e foi aprovado pelo antigo executivo. Afirmou que, se calhar, dentro de dez anos vão dizer que se calhar Miranda tem gente a mais. Exemplificando, referiu, que foi concluir a licenciatura, e uma das coisas que defendeu lá, é algo novo denominado "Overtourism", que é nada mais, nada menos que "Turismo de Massas".

Referiu que, em Miranda do Douro, em 1983, vinha de férias, ou de fim de semana, não tinha amigos para brincar porque estavam a trabalhar nos comércios da família, queria ir ao "Café Buteko" tomar um sumo, não podia porque estava tudo cheio de Espanhóis. Via chegar a Miranda do Douro, vinte cinco, trinta, cinquenta autocarros, punha-se de cima da muralha, a contar os autocarros e a fazer apostas de quantos eram, portanto, em Miranda do Douro já se passou por essa fase do "Overtourism".



§

✓

Mencionou que, atualmente, alguns operadores turísticos que lhe dizem que gostam de Miranda, mas que preferem ir para outro sítio, porque aqui já há muitos espanhóis e o bacalhau dourado. Afirmou que o Vila Galé vai ser uma oportunidade de vender sabonetes de leite de burra como nunca, se puserem no hotel sabonetes de leite de burra em exclusivo para todos os clientes.

Comentou que, analisando bem, este empreendimento vai ser uma das maiores âncora para os próximos anos, e lançou um repto a propósito das palavras proferidas pelo Deputado António Santos, dizendo que também ele tem vindo a afirmar diversas vezes que é necessário dar formação às pessoas que trabalham na atividade turística, porque vão vir outro tipo de clientes, e deixa de ser o interesse estratégico do restaurante, encher a travessa, e se calhar com outra apresentação, mete menos e vende melhor.

Declarou que vai votar a favor desta proposta, apesar de ter algumas reticências, porque vai ser importantíssimo para Miranda, vai ser das coisas mais importantes dos próximos anos, e vai colocar Miranda no mapa como já não se via há muitos anos. Aliás, Miranda sempre esteve no mapa, porque tem a vantagem de ter tido algumas pessoas influentes cá de Miranda.

Para concluir, disse que ainda não se tem a noção do que pode ser o retorno que este empreendimento pode trazer. Porque o barco ia trazer, e se calhar trouxe muito retorno, mas que não foi feito o acompanhamento da cidade, e quando não teve o acompanhamento da cidade a outras alternativas, o barco trabalhou por si próprio. Isto, para dizer, que não se pode ter o Hotel Vila Galé como um resort isolado e que as pessoas não saiam, é preciso ter ofertas. Afirmando que considera que será um dos investimentos mais estratégicos dos últimos anos.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, disse que era importante que esta assembleia pudesse aprovar de forma unânime este projeto, um projeto estratégico, e que, apesar do que se vai ouvindo aqui e ali, não há conflitos de interesses, porque o segmento do Vila Galé é um segmento diferente. Considera que o que é importante que o município faça, aquando da aprovação do projeto do Mosteiro, que já na altura afirmou que era importante que a Câmara começasse a pensar num projeto de desenvolvimento turístico para Miranda do Douro. E acha que agora é importante começar a pensar num plano estratégico de desenvolvimento turístico para o concelho, onde se possa envolver todas estas entidades, estes segmentos de turismo, que vão trazer gente a Miranda do Douro.

Comentou que não teremos interesse neste concelho em turismo de massas, mas que seja distribuído o turismo por aquilo que é o território, considera que isso é importante, pela as diversas localidades, e com todos os agentes do território, porque os segmentos são diferentes.



Referiu que neste momento Miranda não tinha uma sala para congressos, e que se calhar isto vai ser fundamental para podermos acolher aqui eventos de grande dimensão. Não se deve ter medo disto, precisamente porque os segmentos são diferentes, comentando que é uma pena que esta assembleia não possa aprovar aquilo que tem aqui, que é este investimento estratégico, e as regras serão cumpridas, porque não poderia ser doutra forma, porque o município está obrigado à lei, como está qualquer cidadão.

O **Deputado António Santos** fez de novo alusão à questão da avaliação ambiental e separá-la disto, afirmando que considera ser mau não se ter feito, porque se vai construir sob uma dúvida, e isso nem devia acontecer sem sequer questionar o carácter estratégico da obra, que a seu ver é muito importante.

Relativamente às declarações acabadas de fazer pelo autarca de Picote, não sabe se o público alvo será assim tão diferente, porque a maioria das pessoas se calhar vão para um hotel de quatro estrelas, o que não significa que se é muito rico, ou que é um estrato social muito superior ao que aqui vem. Não lhe parece que é um público completamente diferente, gente com dinheiro, porque se vão para um hotel de quatro estrelas são pessoas normais que recebem o seu vencimento e que gostam de viajar, ir de férias.

Referiu que concorda inteiramente com os dois, tem que se estar preparado para isso, para concorrer com isso e oferecer bons serviços, porque os clientes não vão ficar só no hotel.

Repetiu que o facto de não ter sido feita a avaliação ambiental lhe parece mal, mas que o que está aqui em causa não é isso, mas sim, o reconhecimento do carácter estratégico do empreendimento.

O **Vereador Carlos Ferreira** solicitou o uso da palavra, e tendo-lhe sido concedida, disse que há mais de vinte anos que desempenha funções na área do turismo, e, assim sendo, afirmou que é importante falar desta questão da massificação, e questionou como é que se foge à massificação. Transmitindo que o primeiro destino turístico mundial é a França, que os destinos turísticos são contabilizados em função dos fluxos, ou seja, do número de pessoas recebidas, e também, em função dos proveitos, do dinheiro que foi arrecadado, e exemplificou. Portanto, a única forma de melhorar o arrecadamento de riqueza com o turismo não é aumentar os fluxos, mas sim aumentar os proveitos, dizendo que neste caso é o que se está a fazer.

Vai ser aumentado o preço dos quartos, e em vez de ser um preço médio, que normalmente anda à volta de cinquenta a setenta euros, e vai-se ter preços por quarto entre cento e cinquenta e trezentos euros, portanto, não vão ser aumentados forçosamente os fluxos, mas sim aumentar os proveitos.



Elucidou que o know-how (saber como) que este tipo de investimento vai trazer se fará expandir para o resto da comunidade, e a comunidade vai aprender.

Exteriorizou que esta é a sua abordagem, a sua perceção deste projeto, no entanto terá que haver monitorização, tem que haver ajuda ao restante tecido do setor, claro que sim, e talvez fazer um protocolo com a Associação, e tentar sempre aumentar este ranking da qualidade do serviço que é oferecido em Miranda no contexto do setor turístico é sempre bom, e aliás, é muito por aí que Miranda deve evoluir.

O **Vereador Vítor Bernardo** disse que a verdade é que este empreendimento de carácter estratégico está a dar mais celeuma porque o Grupo decidiu investir aqui por insistência deste executivo, e num terreno municipal.

Porque pode haver um outro pedido de empreendimento de carácter estratégico aqui em Miranda, por parte de um privado, num terreno privado, e é a mesma coisa.

Num, há-de ter avaliação ambiental estratégica, porque não há nenhuma mudança de nenhum plano, aqui há unificação. A avaliação ambiental estratégica é feita quando há alteração de um plano, um plano de pormenor, um plano diretor municipal, nesses casos é quase sempre necessário, às vezes podem nem ser necessário, porque, isto não passa de uma edificação maior que as outras.

Referiu que, a majoração que tem na implantação deve-se ao facto de a cêrcea não poder passar de seis metros, e vão acompanhar a orografia, para de Espanha se ver a Sé. E que, esta majoração é feita de maneira a que, se não tivesse implantação, tinham que construir em altura, e não podiam porque estavam vedados pelo Plano Diretor Municipal.

A **Presidente da Câmara Municipal**, em forma de conclusão, e atendendo a que muito se fala a respeito do impacto do empreendimento, mas que há uma premissa da qual se deve partir, e à qual se deve chegar, que é a nossa identidade cultural não pode mudar.

Mencionou que a nossa identidade cultural, que passa pela Língua Mirandesa, pelos Pauliteiros, pelas Festas dos Solstícios, pelas Raças Autóctones, e pela própria paisagem, essa é a garantia de que o impacto que o empreendimento vai ter, não se vai canalizar, nem se vai deixar canalizar para a nossa cultura.

Acrescentou que a nossa cultura é o elemento de oferta, e o elemento chamativo para empreendimentos destes, e, portanto, a nossa diferenciação cultural é uma marca identitária, e isso, é o apelo para investimentos desta natureza.



JP.

A

O **Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho**, Lísis Gonçalves, referiu que à semelhança da Deputada Bárbara Fráguas, também tem as suas dúvidas em relação a este reconhecimento, assim como no que toca aos benefícios que esse projeto vá trazer para este concelho, devido ao que vota contra.

Concluídas as intervenções pôs este assunto a votação, tendo este órgão deliberativo composto por vinte e oito membros, dos quais, estiveram presentes na sessão vinte e quatro, aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor, emitir declaração de reconhecimento de interesse público estratégico no âmbito da ponderação da discussão pública do processo n.º 37/24, em que é requerente o Grupo Vila Galé – Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A., a implementar na Rua Abade Manuel Sardinha da Freguesia de Miranda do Douro, com dois votos contra, dos membros Bárbara Fráguas e Lísis Gonçalves, por terem dúvidas quanto ao carácter estratégico e dos benefícios que esse projeto vá trazer para Miranda do Douro, e também, por considerarem que na mesma situação os particulares e outras empresas devem seguir as regras de construção, assim como sujeitarem-se às mesmas condicionantes, atendendo ao local onde vai ser erigido o referido empreendimento.

5. Alteração do Mapa de Pessoal 2024 – Aprovação.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, antes de abrir inscrições, passou a palavra ao Executivo Municipal para elucidar os presentes acerca deste assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** expôs que esta alteração se prende com duas situações, na DAGU - Divisão de Ambiente e Gestão Urbana, aumento de pessoal para efetuar a limpeza, e, nas Escolas, aumento de pessoal auxiliar, sendo que na DAGU foram acrescentados seis lugares, e nas Escolas foram acrescentados dez lugares, por forma a colmatar os lugares desocupados dos trabalhadores que já foram aposentados, assim como os que se encontram de baixa médica.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, caso pretendessem fazê-lo, e, não se tendo verificado essa pretensão por parte de nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a alteração do mapa de pessoal respeitante a 2024, nos exatos e precisos termos que constam na proposta, passando em seguida para o ponto seguinte.

6. Aprovação do acordo de Financiamento relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências



nela delegadas pelos referidos municípios suas competências enquanto autoridade de transportes.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, antes de abrir inscrições, passou a palavra ao Executivo Municipal, para elucidar os presentes acerca deste assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** elucidou a este respeito que, há três anos que estão para abrir o concurso referentes aos transportes escolares, sendo que é competência da assembleia municipal aprovar a alteração agora proposta para posteriormente ser aberto concurso.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, e, não se tendo verificado a pretensão de intervir por parte de nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade o acordo de Financiamento relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelos referidos municípios suas competências enquanto autoridade de transportes, nos exatos e precisos termos que constam no mencionado acordo.

7. Aprovação da minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Picote, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, antes de abrir inscrições, passou a palavra ao Executivo Municipal para elucidar os presentes acerca deste assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** transmitiu que, à semelhança do que tem vindo a acontecer com outras Juntas de Freguesia, foi trazido esta minuta de protocolo, assim como as duas seguintes, para serem aprovadas, caso assim entenda esta assembleia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, e, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Picote, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, nos exatos e precisos termos que nela constam.



Handwritten signature or mark.

A

8. Aprovação da minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, e, não se tendo verificado a intenção de intervir por parte de nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, nos exatos e precisos termos que nela constam.

9. Aprovação da minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Duas Igrejas, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, e, não se tendo verificado essa pretensão por parte de nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a minuta de protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Duas Igrejas, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações., nos exatos e precisos termos que nela constam.

10. Aprovação da modificação objetiva do contrato de conceção, construção e prestação de serviços relativos à exploração e gestão de um sistema de remoção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, celebrado com a Ferrovial Serviços, S.A., em 23 de maio de 2000 - 4.ª modificação do contrato.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, antes de abrir inscrições, passou a palavra ao Executivo Municipal para elucidar os presentes acerca deste assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu a este respeito que se trata de mais uma alteração ao contrato supramencionado, foi lançado o concurso, não tendo sido apresentadas propostas, basicamente, pretende-se aumentar o preço base para dessa forma serem eventualmente apresentadas propostas.



O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, e, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a 4.^a modificação objetiva do contrato de conceção, construção e prestação de serviços relativos à exploração e gestão de um sistema de remoção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, celebrado com a Ferrovia Serviços, S.A., em 23 de maio de 2000, nos exatos e precisos termos que constam na proposta apresentada.

11. 26.^a Alteração ao orçamento de 2024, que compreende a 3.^a alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 2.^a alteração permutativa ao orçamento da receita, a 2.^a alteração modificativa ao plano plurianual de investimento, e a 3.^a alteração modificativa ao plano de atividades municipais.

O **Presidente da Assembleia Municipal** antes de abrir inscrições passou a palavra ao Executivo Municipal para elucidar os presentes acerca deste assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** elucidou a respeito desta questão que se trata de alguns arranjos urbanísticos em Genísio, Malhadas, São Martinho, Especiosa, e Póvoa, que o Executivo Municipal pretende introduzir no plano, e por este motivo e devido ao facto de ter que dar início à obra até ao final deste ano.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, tendo-se verificado essa pretensão por parte do Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves, disse que gostaria de ser informado a respeito de quais são os arranjos urbanísticos que estão previstos efetuar na Freguesia de São Martinho, porque não foi informado sobre o que vai ser lá executado. E, também, perguntou para quando está prevista a execução do muro que há três anos que está para ser erigido, mas que ainda não passou do papel.

O **Vice-Presidente da Assembleia Municipal** em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, respondeu que será informado a esse respeito quando for para fazer uma candidatura nesse âmbito.

Relativamente ao muro, transmitiu que o empreiteiro iria dar início à execução do muro no mês de setembro, mas como ainda não terminou o muro que tem estado a fazer nos bombeiros, que logo que termine irá para São Martinho.



Terminadas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a 26.ª alteração ao orçamento de 2024, que compreende a 3.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 2.ª alteração permutativa ao orçamento da receita, a 2.ª alteração modificativa ao plano plurianual de investimento, e a 3.ª alteração modificativa ao plano de atividades municipais, nos exatos e precisos termos que constam nos documentos apresentados alusivos à referida alteração.

12. Participação variável no IRS (Ano 2025).

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, caso pretendessem fazê-lo, e, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, respeitante à participação variável do IRS, concernente ao ano 2025, nos exatos e precisos termos que constam na referida proposta pela câmara Municipal.

13. Taxa Municipal de Direitos de passagem (Ano 2025).

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, caso pretendessem fazê-lo, e, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta apresentada pela câmara municipal relativamente à taxa Municipal de Direitos de Passagem, para o ano 2025, nos exatos e precisos termos plasmados na referida proposta.

14. Derrama (Período de tributação de 2024).

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, caso pretendessem fazê-lo, e, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade apresentada pela câmara municipal, respeitante à derrama concernente ao período de tributação de 2024, nos exatos e precisos termos que constam na proposta apresentada.

15. Imposto Municipal sobre Imóveis, a liquidar em 2024 – Prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo (artigo 112.º - A do CIMI).

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem, caso pretendessem fazê-lo, inscrevendo-se os membros seguintes: Emanuel Bernardo e António Santos.

O **Deputado Emanuel Bernardo**, sobre esta questão do IMI, perguntando se a proposta que foi apresentada no ano passado pelos Vereadores do Partido Socialista, relacionado com uma questão de eficiência energética, de redução de 25% do IMI, mediante determinadas condições,



que é categoria A nas construções, ou, que haja uma melhoria de dois escalões, se o executivo pretende colocar isso nesta proposta, no orçamento para o próximo ano, manifestando que considera que seria positivo que a referida proposta vigorasse na proposta do executivo para o próximo ano.

O **Vereador Vítor Bernardo** deu resposta à questão colocada dizendo que também acha que a proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista tem fundamento, mas que a operacionalização logística é muito difícil. De qualquer forma, essa questão está a ser estudada, e também está a ser estudada outra questão, que é passar os prédios, tipo barragens, que estão identificados numa portaria de 2021.

Referindo que, antigamente, havia prédios urbanos industriais e havia outros. Atualmente, isso não é assim, e o que o executivo está a tentar fazer é meter a taxa de 0,45 (zero virgula quarenta e cinco) nos prédios urbanos, outros, tipo barragem, tendo mencionado que, se for possível, a concessionária terá que pagar mais cinquenta por cento de IMI.

O **Deputado António Santos** solicitou informação a respeito do assunto em apreciação, concretamente, acerca de como são aplicadas as deduções.

O **Vereador Vítor Bernardo** explicou que o que se vai fazer é o mesmo que foi feito no ano anterior, deixando algumas notas a este respeito, mencionado que, caso o município não se pronuncie acerca do IRS, a AT aplica o máximo, 5% (cinco por cento), caso não se pronuncie acerca do IMI, aplica o mínimo, que é o que está a ser aplicado, 0,3 (zero virgula três).

Concluídas as intervenções, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta apresentada pela câmara municipal relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis, a liquidar em 2024 concernente aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo nos termos do previsto no artigo 112.º - A do CIMI, nos exatos e precisos termos plasmados na referida proposta.

16. Relatório de acompanhamento em 30 de junho de 2024.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo interviessem, caso pretendessem fazê-lo, e, não se tendo verificado qualquer inscrição, passou à votação do assunto supracitado, tendo sido aprovado por unanimidade o relatório de acompanhamento em 30 de junho de 2024.

17. Apreciação da informação a prestar pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.



O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim entendessem intervissem, e, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes nesta reunião, passou a palavra ao Executivo Municipal para de forma resumida elucidar acerca do conteúdo que consta na informação mencionada em intitule, alusiva à atividade dos serviços da Câmara Municipal, no período compreendido entre o dia 11 de junho 2024 e o dia 17 de setembro 2024, a respeito da que todos os membros se consideraram informados.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a reunião eram doze horas e trinta minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal

Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão